

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 14

O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar

Anna Maria T.M. Peliano, coord.

MARÇO DE 1993

ipea
INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

DOCUMENTO DE POLÍTICA N.º 14

O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar

Anna Maria T.M. Peliano, coord.

MARÇO DE 1993

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O IPEA é uma fundação pública vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República, cujas finalidades são: auxiliar o Ministro da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Controle da Presidência da República na elaboração e no acompanhamento da política econômica e prover atividades de pesquisa econômica aplicada nas áreas fiscal, financeira, externa e de desenvolvimento setorial.

PRESIDENTE

Antônio Nilson Craveiro Holanda

DIRETOR EXECUTIVO

Pérsio Marco Antônio Davisson

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Emílio Sendim Marques

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Carlos da Ressurreição Xavier

DOCUMENTO DE POLÍTICA tem o objetivo de apresentar breve discussão sobre determinadas políticas de Governo propostas ou em vigor.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10.º andar

CEP 70.076-900

Rio de Janeiro

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17.º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO

II. O MAPA DA FOME: O QUE REVELAM OS
INDICADORES?

III. O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA
ALIMENTAR

IV. AÇÕES COMPLEMENTARES DE CARÁTER
ASSISTENCIAL

V. PRÓXIMOS PASSOS,:

FONTES CONSULTADAS

MAPAS

GRÁFICOS

TABELAS

**O Mapa da Fome: Subsídios à Formulação de
uma Política de Segurança Alimentar**

Anna Maria T.M. Peliano, coord.

Alfonso Rodrigues Arias
Guilherme Costa Delgado
Lúcia Manalti Panariello
Luis Carlos dos Santos
Marco Antonio Lima Lincon
Maria Alice C. Barbosa
Mary Izaltina dos Santos Pinto
Nathalie Beghin
Sebastião Francisco Camargo

*Técnicos da Coordenação de Política Social —
CPS/IPEA*

I. APRESENTAÇÃO

Segurança Alimentar significa o acesso por todas as pessoas e em todos os momentos a uma alimentação suficiente para uma vida ativa e saudável.

Há indicações claras de que o combate à fome foi incorporado pelo governo federal como a grande prioridade nacional. Através de uma proposta de mobilização conjunta de esforços do setor público, dos partidos políticos e da sociedade civil, a questão da segurança alimentar deverá assumir uma nova feição no Brasil, com uma importância proporcional, espera-se, à dimensão e à gravidade do problema. A manifestação concreta dessa prioridade é a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (presidido pelo próprio presidente da República), que se responsabilizará pelo encaminhamento da Política Nacional de Segurança Alimentar.

O IPEA tem acompanhado todas as etapas de implementação de tal empreendimento. Coube-nos, até agora, a tarefa de dimensionar a população que apresenta condições mais graves de insuficiência alimentar (o Mapa da Fome), além da condução de propostas iniciais para quatro questões, a seguir, identificadas como de prioridade imediata:

- a) redução dos preços dos produtos que compõem a cesta básica;
- b) descentralização da merenda escolar;
- c) implantação de um programa de atendimento ao desnutrido;
- d) revisão e ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador.

O documento apresentado é o primeiro resultado da análise da questão alimentar no Brasil. Nele são expostos os indicadores da indigência e da fome (desagregados por áreas metropolitanas, áreas urbanas e rurais de cada Unidade da Federação), dados regionalizados sobre a produção de alimentos e algumas considerações sobre as prioridades de intervenção para o enfrentamento do problema alimentar no país.

II. O MAPA DA FOME: O QUE REVELAM OS INDICADORES?

Trinta e dois milhões de brasileiros — uma população equivalente à da Argentina — defronta-se, diariamente, com o problema da fome. São nove milhões de famílias, cuja renda mensal lhes garante, na melhor das hipóteses, apenas a aquisição de uma cesta básica de alimentos capaz de satisfazer as suas necessidades nutricionais. Esse foi o limite utilizado para determinar a população que apresenta condições mais graves de insuficiência alimentar (ver mapas, gráficos e tabelas em anexo).

A metade dos brasileiros cuja renda não permite sequer acesso a uma quantidade adequada de alimentos localiza-se nas cidades. A parcela mais significativa destes — cerca de 7,2 milhões de indigentes — está no Nordeste. Outra parcela apreciável dos famintos urbanos está nas regiões metropolitanas — 4,5 milhões de pessoas, ou cerca de 30% do total de indigentes que vivem nas cidades brasileiras. Apesar da concentração no Nordeste e nas grandes cidades, a fome urbana dissemina-se por todo o território nacional.

Se observarmos apenas a indigência na área rural, o predomínio da região Nordeste é absoluto. Ali concentram-se mais de 60% das pessoas cuja renda não lhes permite sustentar um padrão aceitável de alimentação. Cabe atentar, no entanto, para o fato de que na área rural o consumo de alimentos é mais alto do que nas áreas urbanas (7,5% em média), o que se explica pela maior possibilidade de acesso a alimentos que não passam pelo mercado (a ocorrência de índices mais elevados de desnutrição nas áreas rurais deve-se a maiores dificuldades de acesso a serviços de saúde e saneamento).

Bahia, Minas Gerais e Ceará, nessa ordem, lideram a relação dos estados que abrigam um maior número de habitantes em condições de indigência — um terço do total. São Paulo, Pernambuco reúnem um contingente do mesmo tamanho — cerca de dois milhões de indigentes cada. Paraná e Rio de Janeiro (ambos com pouco menos de dois milhões) fecham a lista dos sete estados que apresentam os índices mais elevados de carências alimentares.

O Brasil produziu nos últimos sete anos uma média de 59 milhões de toneladas de grãos (arroz, feijão, trigo, milho e soja). A disponibilidade interna desses produtos e de demais alimentos tradicionalmente consumidos no país é superior às necessidades diárias de calorias e proteínas de uma população equivalente à brasileira. Dispõe-se de 3.280 Kcal e de 87 gramas de proteínas *per capita/dia** para uma recomendação de 2.242 Kcal e 53 gramas de proteínas, respectivamente (FAO).

Em outras palavras, a fome que aflige 32 milhões de brasileiros não se explica pela falta de alimentos. O problema alimentar reside no descompasso entre o poder aquisitivo de um amplo segmento da população e o custo de aquisição de uma quantidade de alimentos compatível com a necessidade de alimentação do trabalhador e de sua família.

Não é de hoje que o paradoxo da fome em um país que possui condições plenas para garantir uma oferta abundante de alimentos vem desafiando os governantes brasileiros: A cada ano, uma parcela expressiva da produção agrícola (cerca de 20%) é perdida por deficiências de armazenagem, transporte e manuseio, ao mesmo tempo em que aumenta o número de brasileiros que não consegue manter padrões mínimos de alimentação. Alimentos se deterioram em algumas regiões mais desenvolvidas do país, enquanto nos rincões mais distantes das regiões mais pobres um número expressivo de pessoas não dispõe do que comer.

O Mapa da Fome permite ainda concluir que o problema não está na disponibilidade global de alimentos, mas sim no desencontro geográfico entre a existência dos produtos e a localização das famílias mais necessitadas. Quase 90% da produção localizam-se no Sul, Sudeste e porção meridional do Centro-Oeste, enquanto cerca de 60% dos famintos habitam o Norte-Nordeste. No curto prazo, uma operação logística de grande envergadura, apoiada em recursos financeiros significativos, poderia atenuar o problema. Contudo, o mais importante a destacar é que o equacionamento definitivo da questão alimentar depende de ações voltadas para a convergência entre o poder aquisitivo da grande maioria dos trabalhadores brasileiros e os preços de uma alimentação adequada.

III. O ENFRENTAMENTO DO PROBLEMA ALIMENTAR

A prioridade ao combate à fome só será efetiva se for entendida como um dos eixos centrais da estratégia de desenvolvimento do país. Ainda que ações emergenciais voltadas para a distribuição

de alimentos aos mais necessitados seja importante para aliviar o sofrimento de um grande número de brasileiros, é preciso ficar claro para todos que a fome é um subproduto direto da indigência. Combater a fome significa, acima de tudo, combater as causas que contribuem para a perpetuação de condições sociais inaceitáveis para os padrões de riqueza — real e potencial — ostentados pelo Brasil. Nesse sentido, urge atribuir uma importância renovada ao papel que a educação deverá desempenhar em uma estratégia de desenvolvimento. No aprimoramento do indivíduo estão depositadas as esperanças de um futuro no qual a organização social, o sistema político e as relações de trabalho irão adquirir formas compatíveis com o propósito de conciliar o crescimento econômico e o progresso social.

De imediato, a atuação do governo, com vistas ao atendimento dos objetivos de erradicação da fome e de melhoria dos padrões nutricionais, deveria se concentrar em duas providências complementares: de um lado, há que enfatizar a prioridade nas estratégias de

* A disponibilidade interna é calculada a partir dos dados anuais sobre o estoque inicial de alimentos mais a produção e a importação, menos a exportação.

política econômica voltadas para o combate ao desemprego, à retomada do crescimento, e à melhoria dos padrões de remuneração do trabalhador, parcialmente já contempladas na nova legislação da política salarial; de outro, impõem-se medidas urgentes para reduzir a enorme distância que separa o preço recebido pelos produtores dos custos de aquisição dos alimentos básicos na rede do comércio varejista.

As tradicionais deficiências do sistema de abastecimento inscrevem-se, pois, como uma das questões prioritárias a serem enfrentadas. Sistemas arcaicos de comercialização e deficiências acumuladas nas redes de transporte e armazenamento estão entre os problemas de cuja solução depende a obtenção de resultados positivos no tocante ao barateamento dos preços para o consumidor. A modernização do abastecimento deve ser impulsionada de modo a aumentar a competitividade de toda a cadeia de distribuição de alimentos e evitar que a oligopolização do setor concentre o poder de formação de preços no varejo em índices incompatíveis com os objetivos pretendidos. Assim, recomenda-se que sejam removidos os entraves que impedem a expansão do cooperativismo nesse importante segmento da atividade econômica, que deveria merecer estímulos governamentais para ampliar sua participação no mercado alimentar.

Não basta, todavia, assegurar a modernização e a competitividade nas atividades de distribuição para sustentar uma estratégia voltada para garantia continuada de preços compatíveis com o poder aquisitivo da população. A alimentação dos 107 milhões de brasileiros que já estão nas cidades — e dos 2,8 milhões que a eles se juntarão a cada ano no restante desta década — é uma tarefa de grande peso. Requer a operação em grande escala, e de forma coordenada, de atividades que abrangem o setor de insumos da agropecuária, a produção de alimentos, o beneficiamento de produtos, a industrialização e a comercialização. Preços mais baixos somente serão sustentados por um esforço voltado para o aumento da competitividade e a melhoria da produtividade ao longo de toda a cadeia produtiva. O esforço direcionado para a melhoria da produtividade precisa ser devidamente concatenado. Não basta assegurar ganhos de produtividade na produção agrícola se esses não puderem ser transferidos ao consumidor em função de distorções acumuladas à jusante do processo que leva os alimentos às gôndolas dos supermercados.

Produtividade e competitividade são as palavras-chave de uma estratégia voltada para o equacionamento do abastecimento alimentar. O objetivo desta estratégia é obter uma redução progressiva dos preços de alimentos para o consumidor, sustentada ao longo do tempo e compatível com o incremento da demanda decorrente do crescimento da população urbana, da expansão do emprego e da melhoria dos padrões salariais.

A curto prazo, a redução dos preços poderá ser alcançada através de acordos negociados entre o governo e principais representantes do complexo agro-alimentar, bem como das redes de supermercados, com o propósito de estabelecer uma regra de reajuste de preços que tenha por referência a política de salário mínimo. Esse acordo deverá restringir-se a um grupo de dez alimentos que compõem o cardápio tradicional da família brasileira e contemplar, como contrapartida do governo, a redução dos impostos que oneram a produção e a comercialização dos produtos.

IV. AÇÕES COMPLEMENTARES DE CARÁTER ASSISTENCIAL

A atuação do governo no campo da alimentação completa-se por medidas de cunho assistencial. A despeito da progressiva concentração do problema alimentar nas áreas urbanas, 50% dos indigentes no Brasil ainda encontram-se na área rural onde se observam índices alarmantes de fome e desnutrição, e precisam ser atendidos com urgência. Medidas assistenciais, na área rural, abrangem providências voltadas para viabilizar a atividade de pequenos produtores em *regiões-problema*, mediante ações diferenciadas que abrangem o acesso à terra, o fornecimento de sementes, projetos especiais de irrigação, a assistência técnica e a distribuição de implementos agrícolas, por exemplo.

Ainda na área da assistência, a distribuição gratuita de alimentos para grupos específicos da população não pode ser descartada. A garantia da merenda escolar e a distribuição de leite

para as crianças desnutridas deveriam se configurar como a ação prioritária do novo governo em uma cruzada contra a fome.

Para assegurar a merenda escolar aos 30 milhões de alunos de primeiro grau, durante todo o ano letivo, o esforço governamental deverá ser o de promover uma suplementação orçamentária de US\$ 280 milhões e o cumprimento de um cronograma de liberação adequado de forma a evitar descontinuidades no atendimento. Paralelamente, deverão ser implementadas as medidas voltadas para a descentralização imediata do programa, o que trará repercussões diretas sobre a melhoria dos serviços, a redução dos custos e o apoio à economia local.

O problema da alimentação infantil é verificado ainda pelo fato de estimar-se, hoje, que um contingente de 2,7 milhões de crianças menores de dois anos apresenta deficiências de nutrição. Sabe-se que é nesta fase do desenvolvimento que as seqüelas da desnutrição são mais graves, e até mesmo irreparáveis. O atendimento a essas crianças e suas famílias corresponderia a um total de 10,2 milhões de beneficiários. Para esse grupamento populacional foi proposta a implantação, neste ano, de um programa de distribuição de leite, através da rede pública de saúde, atingindo 20% da respectiva clientela — cerca de 2 milhões de pessoas. Urge, entretanto, identificar uma fonte de financiamento para custear esse programa, cujo valor está estimado em US\$ 105 milhões.

Finalmente, ainda em caráter emergencial, deverá ser revisto e ampliado o Programa de Alimentação do Trabalhador, visando estender a cobertura do atendimento, que hoje atinge cerca de 8 milhões de trabalhadores, concentrados nas empresas de maior porte das regiões Sul e Sudeste. Reformulação dos mecanismos de incentivo fiscal, maior divulgação do programa, vinculação com o seguro-desemprego e melhor controle gerencial, por exemplo, são medidas a serem implementadas para ampliar o atendimento desse programa, e que deverão ser analisadas em conjunto com entidades representativas da classe trabalhadora e da classe empresarial.

V. PRÓXIMOS PASSOS

O trabalho do IPEA, em seguida, estará voltado para o detalhamento de propostas para cada uma das questões inicialmente consideradas e que abrangem o barateamento da cesta básica e os programas governamentais de alimentação. A esse respeito, atenção especial deverá ser atribuída ao problema da garantia de recursos indispensáveis ao atendimento das multas, previstas especialmente para o programa de merenda escolar e de atenção aos desnutridos.

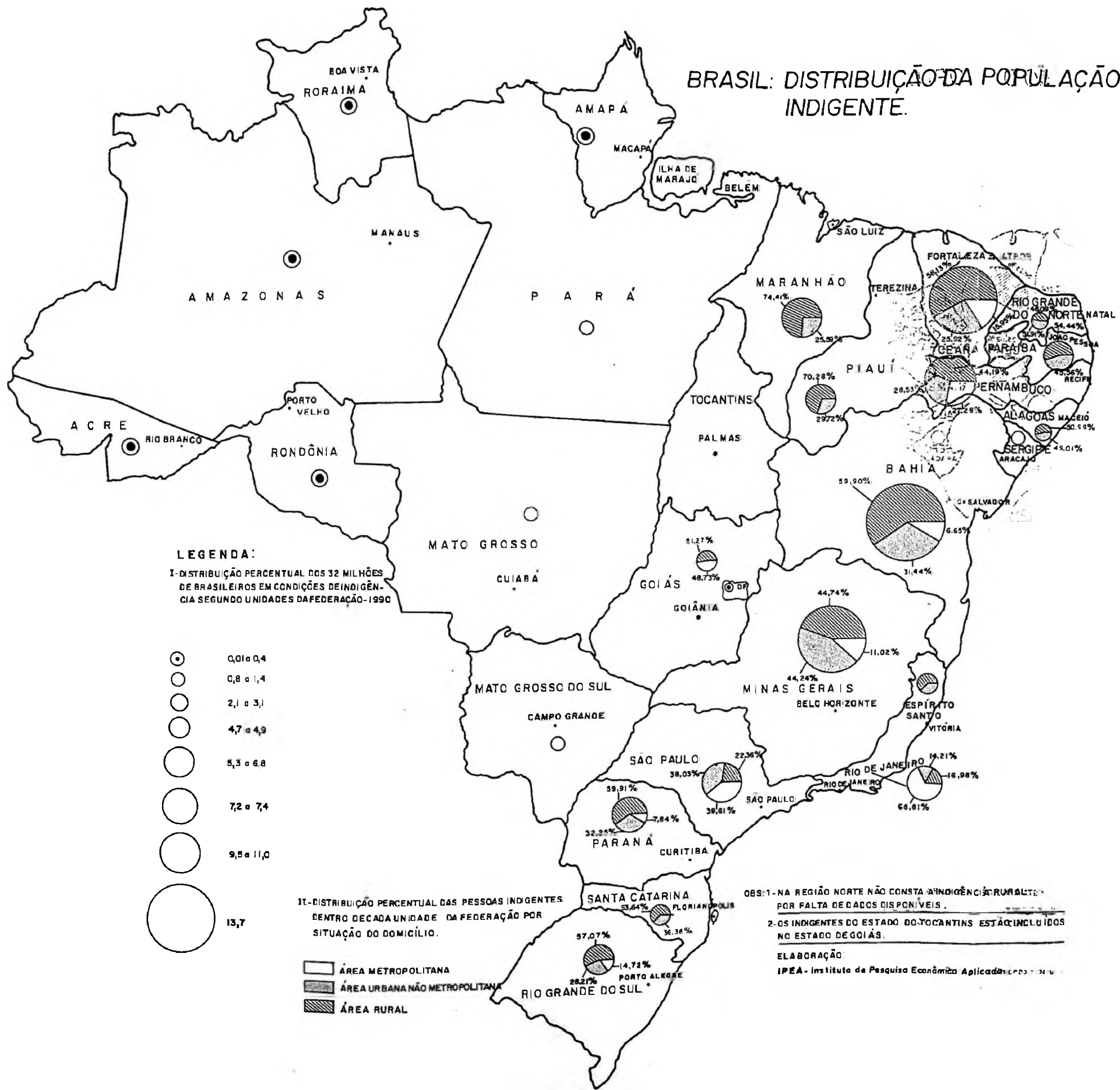
O detalhamento das propostas mencionadas no parágrafo anterior será realizado em conjunto com os Ministérios Setoriais envolvidos e o seu resultado debatido com os diversos segmentos da sociedade. Os documentos finais serão encaminhados à apreciação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

FONTES CONSULTADAS

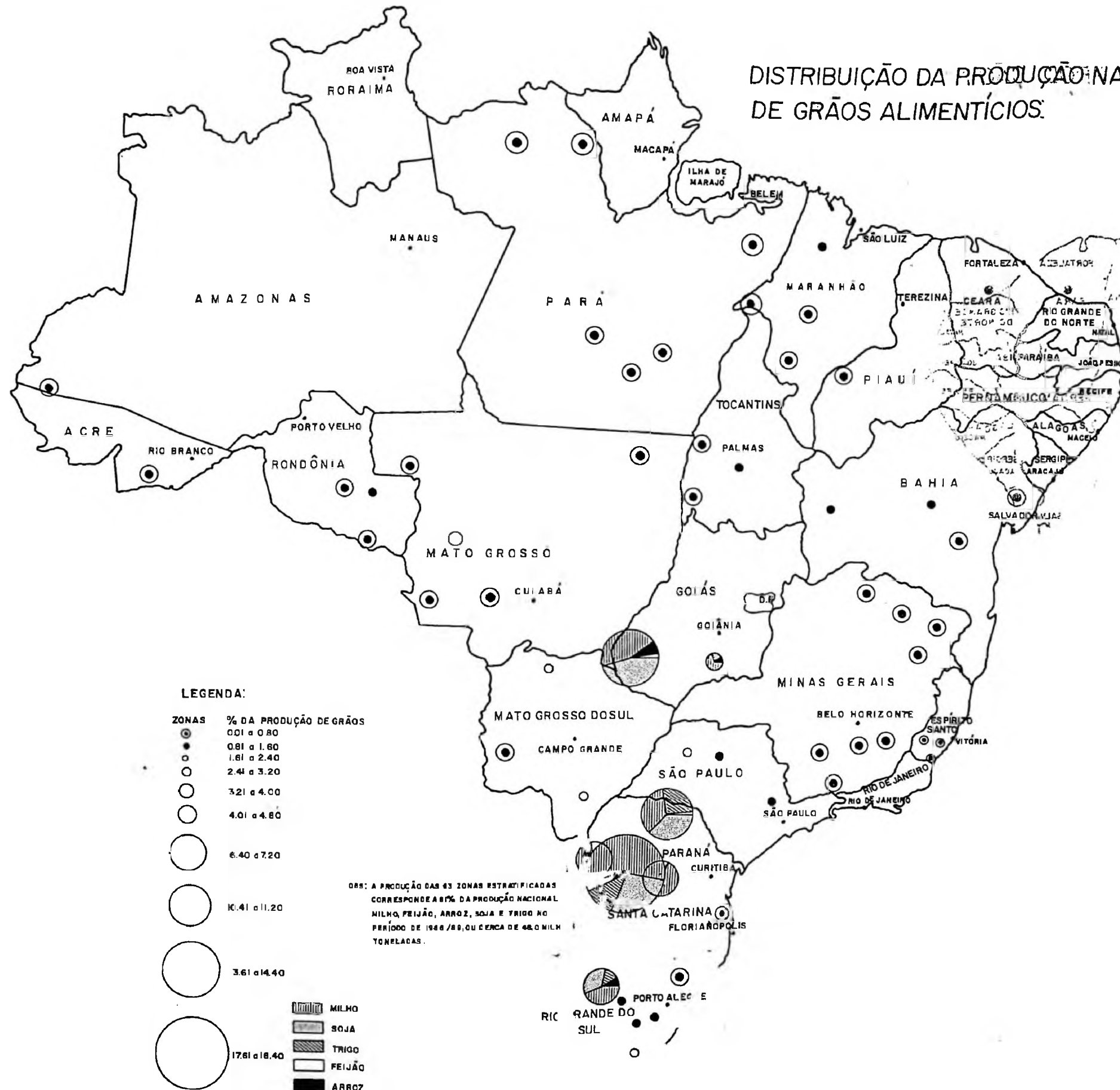
- ÁRIAS, A. R.; BARBOSA, M. A. C.; CAMARGO, S. F.; LINCON, M. A. L.; PANARIELLO, L. M.; PINTO, M. I. S.; SANTOS, L. C. dos. "Brasil: Estimativas das Pessoas Indigentes, por Situação do Domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990". IPEA/CPS. Mimeo. Março/93.
- BATISTA, Filho, M.; BARBOSA, N. Pro-Memória — Alimentação e Nutrição no Brasil: 1974-1984. INAN/MS.
- EMBRAPA/SAE "Mapeamento da Produção de Grãos no Brasil". Projeto BRA-91/014. Mimeo. 1992.
- PELIANO, A. M. e BEGHIN, N. "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição". Documento de Trabalho. IPEA/CPS. Outubro/92.
- SAMPAIO, Y. e VITAL, T. W. "Alimentação e Nutrição: A Situação Atual, a Política de Alimentação e Nutrição e suas Perspectivas". Projeto BRA-91/014. Mimeo. Novembro/92.

MAPAS

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO INDIGENTE.



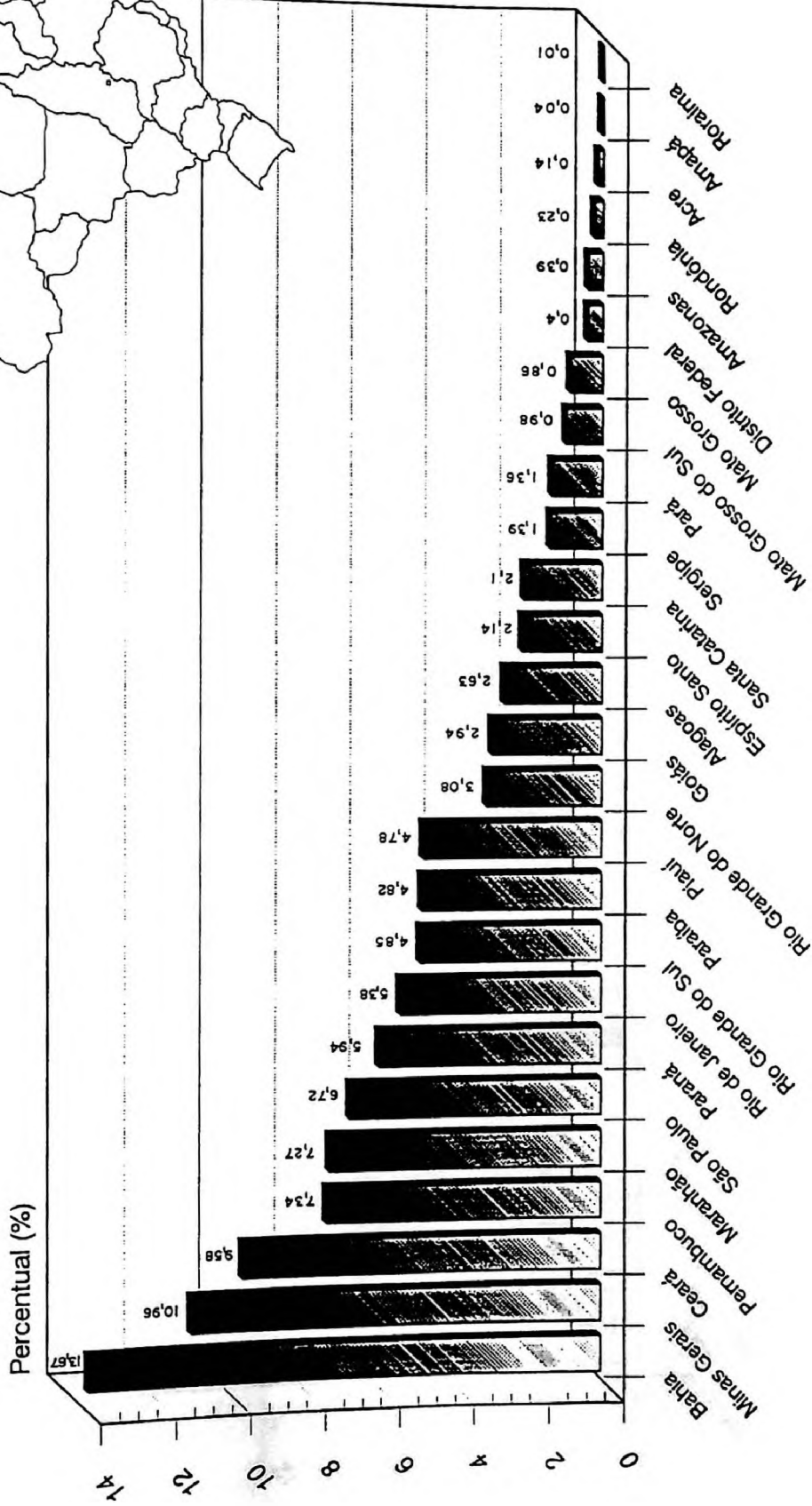
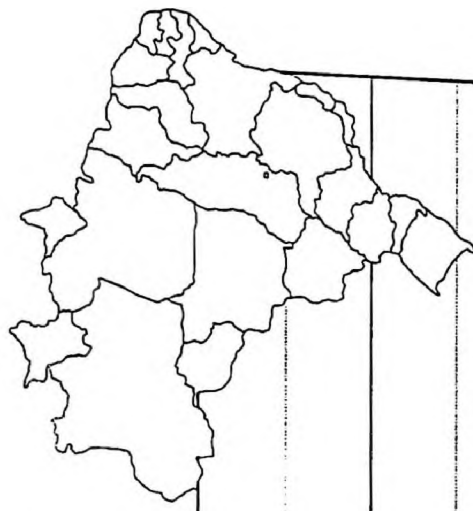
DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO NACIONAL DE GRÃOS ALIMENTÍCIOS.



GRÁFICOS

Distribuição Percentual de Indigentes

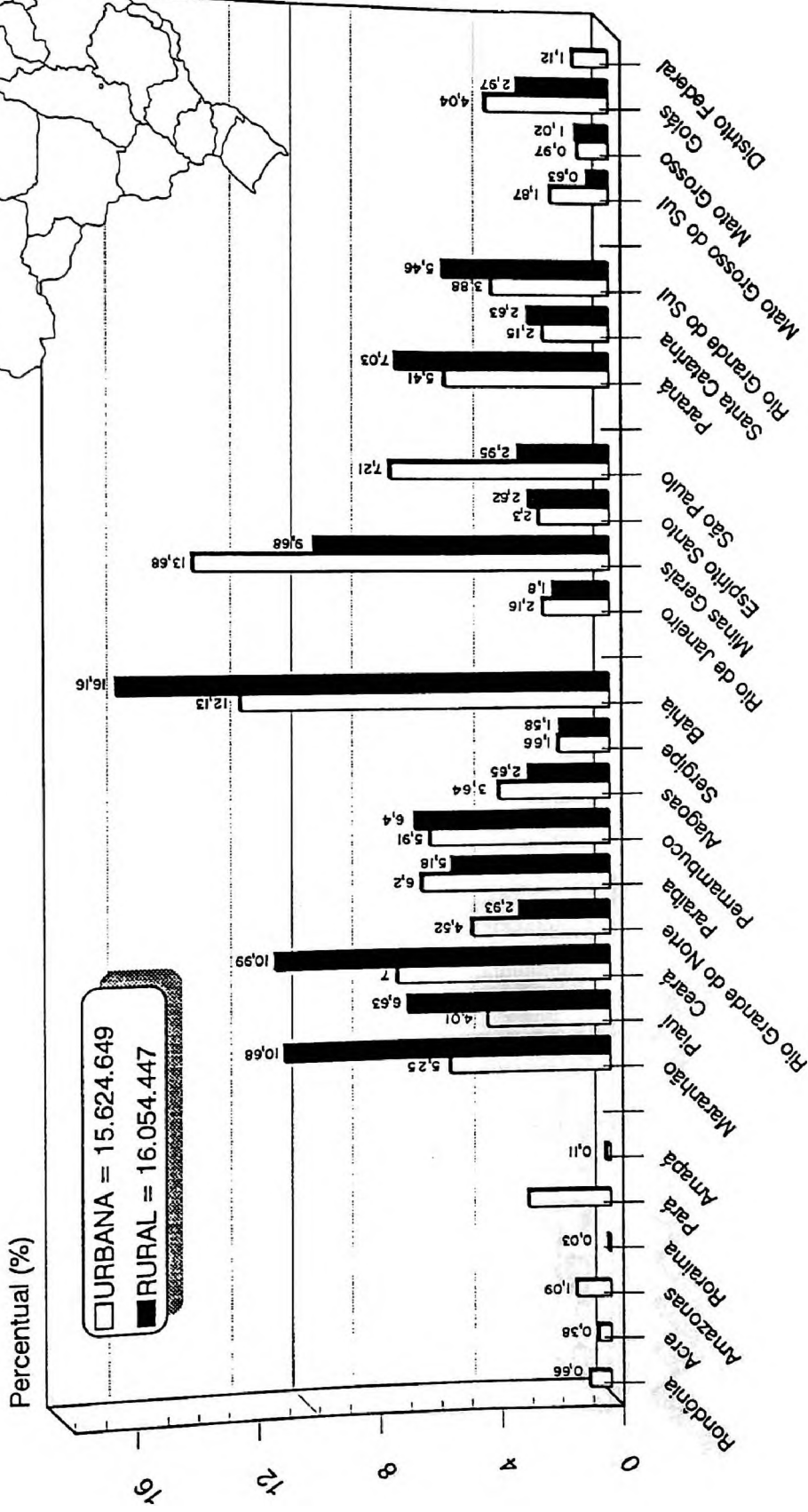
Segundo Unidades da Federação, em relação ao total de 31.679.096 indigentes do país, 1990



Fonte: IPEA/CPS - BRASIL: Estimativas de pessoas indigentes, por situação de domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990.

Distribuição Percentual de Indigentes

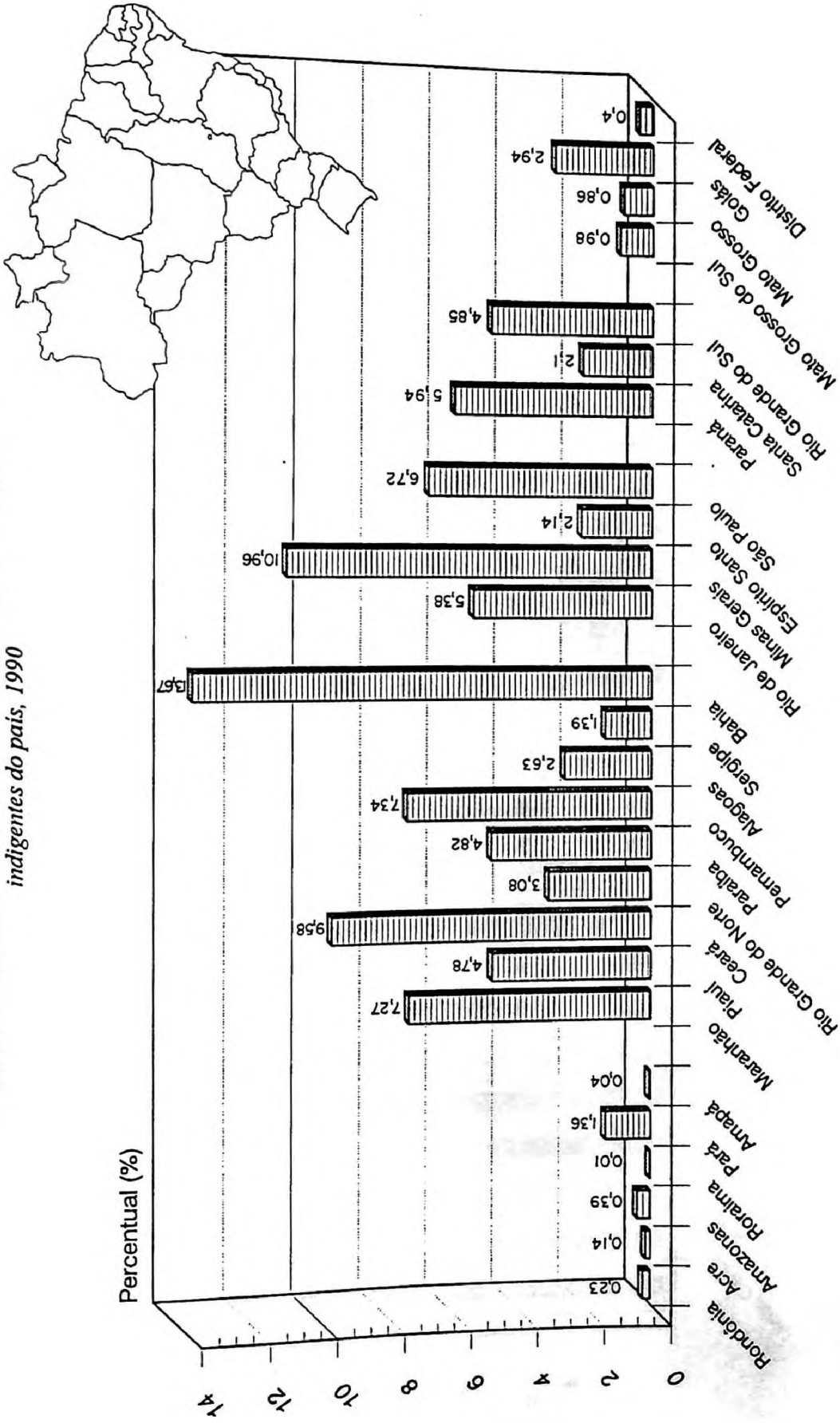
Segundo Unidades da Federação, em relação ao total de 31.679.096 indigentes do país, 1990



Fonte: IPEA/CPS - BRASIL: Estimativas de pessoas indigentes, por situação de domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990.

Distribuição Percentual de Indigentes

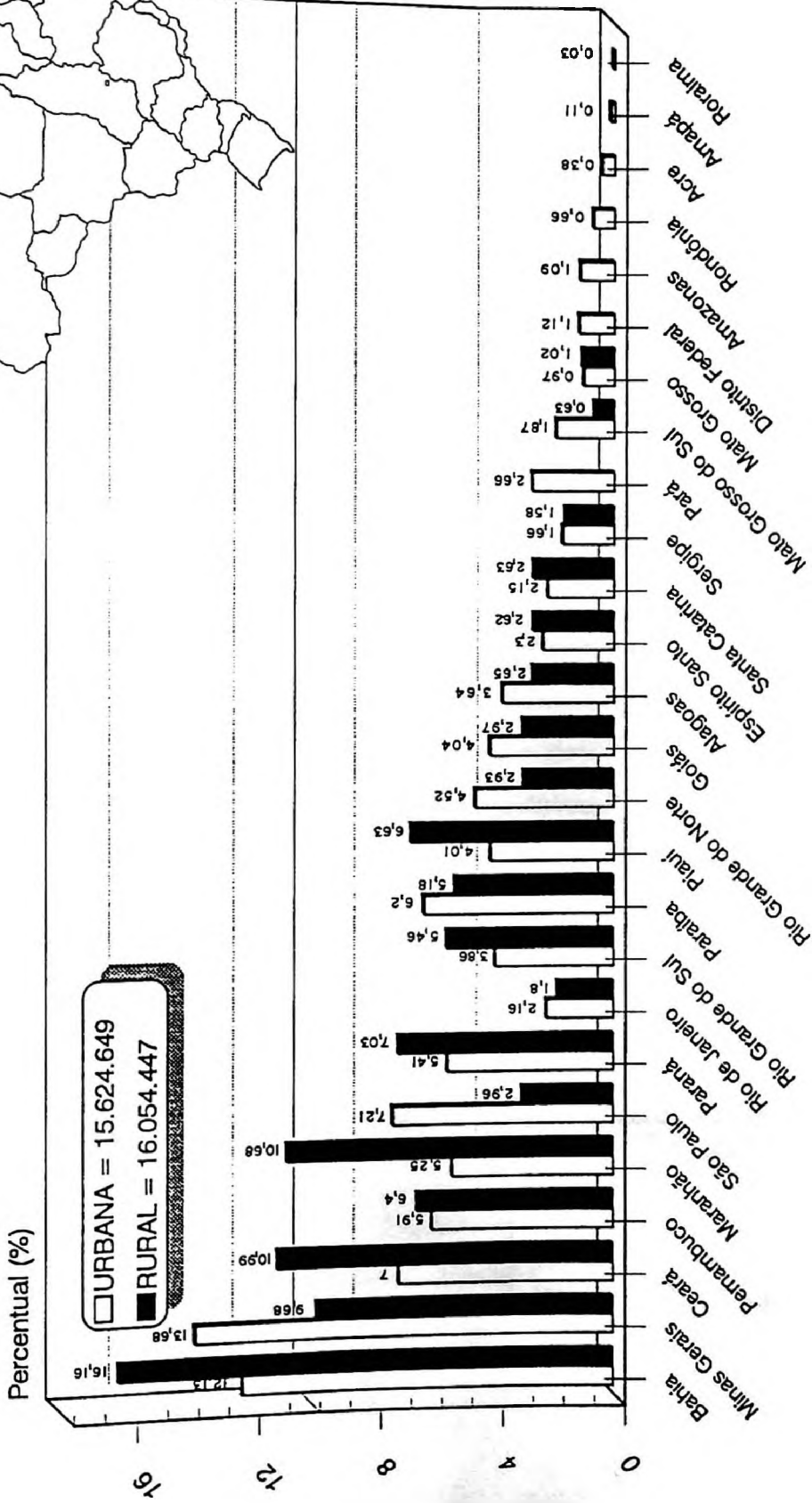
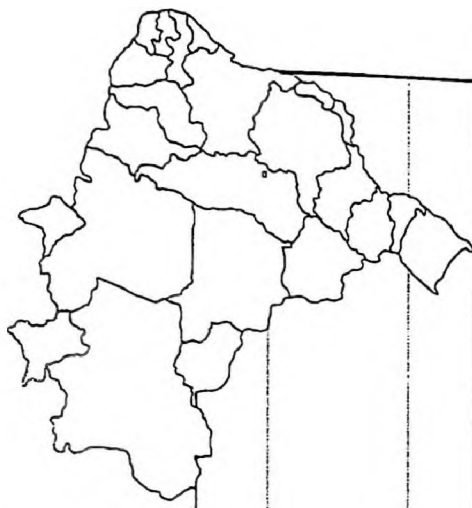
Segundo Unidades da Federação, em relação ao total de 31.679.096 indigentes do país, 1990



Fonte: IPEA/CPS - BRASIL. Estimativas de pessoas indigentes, por situação de domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990.

Distribuição Percentual de Indigentes

Segundo Unidades da Federação, em relação ao total de 31.679.096 indigentes do país, 1990



Fonte: IPEA/CPS - BRASIL: Estimativas de pessoas indigentes, por situação de domicílio, segundo Unidades da Federação, 1990.

TABELAS

ESTIMATIVAS DO TOTAL DE PESSOAS INDIGENTES⁽¹⁾, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE ⁽²⁾	685.204	131.418	553.786	...
Rondônia	74.052	-	74.052	...
Acre	43.134	-	43.134	...
Amazonas	122.411	-	122.411	...
Roraima	2.849	-	2.849	...
Pará	429.871	131.418	298.453	...
Amapá	12.887	-	12.887	...
REGIÃO NORDESTE	17.288.528	1.493.438	5.649.353	10.145.737
Maranhão	2.304.066	-	589.545	1.714.520
Piauí	1.515.266	-	450.303	1.064.963
Ceará	3.034.518	484.126	786.467	1.763.925
Rio Grande do Norte	977.175	-	507.268	469.908
Paraíba	1.527.826	-	696.037	831.789
Pernambuco	2.325.719	634.469	663.470	1.027.780
Alagoas	833.077	-	408.304	424.774
Sergipe	439.617	-	186.005	253.612
Bahia	4.331.264	374.842	1.361.956	2.594.466
REGIÃO SUDESTE	7.982.453	2.397.912	2.845.149	2.739.392
Rio de Janeiro	1.703.824	1.172.334	242.134	289.356
Minas Gerais	3.471.834	382.546	1.535.999	1.553.289
Espírito Santo	678.556	-	257.720	420.837
São Paulo	2.128.239	843.032	809.296	475.911
REGIÃO SUL	4.082.314	373.653	1.281.801	2.426.859
Paraná	1.883.043	147.708	607.278	1.128.057
Santa Catarina	664.375	-	241.545	422.831
Rio Grande do Sul	1.534.895	225.946	432.979	875.971
REGIÃO CENTRO-OESTE	1.640.597	-	898.138	742.459
Mato Grosso do Sul	310.858	-	209.869	100.990
Mato Grosso	273.465	-	109.176	164.289
Goiás	930.806	-	453.626	477.180
Distrito Federal ⁽³⁾	125.468	-	125.468	-
BRASIL ⁽⁴⁾	31.679.095	4.396.421	11.228.228	16.054.447

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para família como um todo, os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS/ONU.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusivo as pessoas da área rural.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

PROPORÇÃO DAS PESSOAS INDIGENTES⁽¹⁾ EM RELAÇÃO AO TOTAL DAS PESSOAS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE ⁽²⁾	13,87	10,90	14,82	...
Rondônia	13,54	-	13,54	...
Acre	20,65	-	20,65	...
Amazonas	8,62	-	8,62	...
Roraima	3,26	-	3,26	...
Ferás	16,70	10,90	21,83	...
Amapá	12,24	-	12,24	...
REGIÃO NORDESTE	40,91	19,92	34,14	55,68
Maranhão	44,93	-	31,36	52,79
Piauí	57,54	-	36,70	75,73
Ceará	47,21	22,28	49,43	66,23
Rio Grande do Norte	42,26	-	33,26	59,71
Paraíba	47,23	-	33,44	72,11
Pernambuco	32,39	21,35	31,75	48,47
Alagoas	34,45	-	29,35	41,36
Sergipe	31,36	-	24,91	38,72
Bahia	37,58	15,93	33,94	50,27
REGIÃO SUDESTE	12,38	7,54	12,18	29,46
Rio de Janeiro	12,23	10,46	14,51	27,36
Minas Gerais	22,25	10,53	19,54	37,75
Espírito Santo	27,10	-	15,86	47,84
São Paulo	6,56	4,97	6,63	14,66
REGIÃO SUL	18,10	6,94	13,09	32,91
Paraná	20,70	6,25	15,75	39,21
Santa Catarina	14,97	-	9,10	23,70
Rio Grande do Sul	17,02	7,48	13,18	32,28
REGIÃO CENTRO-OESTE	16,12	-	11,9	28,24
Mato Grosso do Sul	17,73	-	15,40	25,91
Mato Grosso	15,91	-	10,93	22,84
Goiás	19,00	-	13,42	31,39
Distrito Federal ⁽³⁾	6,94	-	6,94	-
BRASIL ⁽⁴⁾	21,94	9,58	18,41	42,79

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para família como um todo, os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/CIAT/ONU.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS INDIGENTES⁽¹⁾, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE ⁽²⁾	2,16	0,41	1,75	---
Rondonia	0,23	-	0,23	---
Acre	0,14	-	0,14	---
Amazonas	0,39	-	0,39	---
Roraima	0,01	-	0,01	---
Pará	1,36	0,41	0,94	---
Amapá	0,04	-	0,04	---
REGIÃO NORDESTE	54,57	4,71	17,83	32,03
Maranhão	7,27	-	1,86	5,41
Piauí	4,78	-	1,42	3,36
Ceará	9,58	1,53	2,48	5,57
Rio Grande do Norte	3,08	-	1,60	1,48
Paraíba	4,82	-	2,20	2,63
Pernambuco	7,34	2,00	2,09	3,24
Alagoas	2,63	-	1,29	1,34
Sergipe	1,39	-	0,59	0,80
Bahia	13,67	1,18	4,30	8,19
REGIÃO SUDESTE	25,20	7,57	8,98	8,65
Rio de Janeiro	5,38	3,70	0,76	0,91
Minas Gerais	10,96	1,21	4,85	4,90
Espírito Santo	2,14	-	0,81	1,33
São Paulo	6,72	2,66	2,55	1,50
REGIÃO SUL	12,89	1,18	4,05	7,66
Paraná	5,94	0,47	1,92	3,56
Santa Catarina	2,10	-	0,76	1,33
Rio Grande do Sul	4,85	0,71	1,37	2,77
REGIÃO CENTRO-OESTE	5,18	-	2,84	2,34
Mato Grosso do Sul	0,98	-	0,66	0,32
Mato Grosso	0,86	-	0,34	0,52
Goiás	2,94	-	1,43	1,51
Distrito Federal ⁽³⁾	0,40	-	0,40	-
BRASIL⁽⁴⁾	100,00	13,88	35,44	50,68

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para família como um todo, os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/ONU.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadora de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS INDIGENTES⁽¹⁾, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE ⁽²⁾	2,16	2,99	4,93	...
Rondônia	0,23	-	0,66	...
Acre	0,14	-	0,38	...
Amazonas	0,39	-	1,09	...
Roraima	0,01	-	0,03	...
Pará	1,36	2,99	2,66	...
Amapá	0,04	-	0,11	...
REGIÃO NORDESTE	54,57	33,97	50,31	63,20
Maranhão	7,27	-	5,25	10,68
Piauí	4,78	-	4,01	6,63
Ceará	9,58	11,01	7,00	10,99
Rio Grande do Norte	3,08	-	4,52	2,93
Paraíba	4,82	-	6,20	5,18
Pernambuco	7,34	14,43	5,91	6,40
Alagoas	2,63	-	3,64	2,65
Sergipe	1,39	-	1,66	1,58
Bahia	13,67	8,53	12,13	16,16
REGIÃO SUDESTE	25,20	54,54	25,34	17,06
Rio de Janeiro	5,38	26,67	2,16	1,80
Minas Gerais	10,96	8,70	13,68	9,68
Espírito Santo	2,14	-	2,30	2,62
São Paulo	6,72	19,18	7,21	2,96
REGIÃO SUL	12,89	8,50	11,42	15,12
Paraná	5,94	3,36	5,41	7,03
Santa Catarina	2,10	-	2,15	2,63
Rio Grande do Sul	4,85	5,14	3,86	5,46
REGIÃO CENTRO-OESTE	5,18	-	8,00	4,62
Mato Grosso do Sul	0,98	-	1,87	0,63
Mato Grosso	0,86	-	0,97	1,02
Goiás	2,94	-	4,04	2,97
Distrito Federal ⁽³⁾	0,40	-	1,12	-
BRASIL ⁽⁴⁾	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para família como um todo, os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/OMS/ONU.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS INDIGENTES⁽¹⁾, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO,
SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE ⁽²⁾	100,00	19,18	80,82	...
Rondônia	100,00	-	100,00	...
Acre	100,00	-	100,00	...
Amazonas	100,00	-	100,00	...
Roraima	100,00	-	100,00	...
Pará	100,00	-	100,00	...
Amapá	100,00	30,57	69,43	...
		-	100,00	...
REGIÃO NORDESTE	100,00	8,64	32,68	58,68
Maranhão	100,00	-	25,59	74,41
Piauí	100,00	-	29,72	70,28
Ceará	100,00	15,95	25,92	58,13
Rio Grande do Norte	100,00	-	51,91	48,09
Paraíba	100,00	-	45,56	54,44
Pernambuco	100,00	27,28	28,53	44,19
Alagoas	100,00	-	49,01	50,99
Sergipe	100,00	-	42,31	57,69
Bahia	100,00	8,65	31,44	59,90
REGIÃO SUDESTE	100,00	30,04	35,64	34,32
Rio de Janeiro	100,00	68,81	14,21	16,98
Minas Gerais	100,00	11,02	44,24	44,74
Espírito Santo	100,00	-	37,98	62,02
São Paulo	100,00	39,61	38,03	22,36
REGIÃO SUL	100,00	9,15	31,40	59,45
Paraná	100,00	7,84	32,25	59,91
Santa Catarina	100,00	-	36,36	63,64
Rio Grande do Sul	100,00	14,72	28,21	57,07
REGIÃO CENTRO-OESTE	100,00	-	54,74	45,26
Mato Grosso do Sul	100,00	-	67,51	32,49
Mato Grosso	100,00	-	39,92	60,08
Goiás	100,00	-	48,73	51,27
Distrito Federal ⁽³⁾	100,00	-	100,00	-
BRASIL ⁽⁴⁾	100,00	13,88	35,44	50,68

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Pessoas cuja renda familiar corresponde, no máximo, ao valor de aquisição da cesta básica de alimentos que atenda, para família como um todo, os requerimentos nutricionais, recomendados pela FAO/CMS/ONU.

(2) Exclusivo as pessoas da área rural.

(3) Inclusive as pessoas da área rural.

(4) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO
UNIDADES DA FEDERAÇÃO, 1990

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL	METROPOLITANA	URBANA NÃO METROPOLITANA	RURAL
NORTE⁽¹⁾	4.941.651	1.206.108	3.735.543	...
Rondônia	546.943			...
Acre	208.921		546.943	...
Amazonas	1.419.603		208.921	...
Roraima	87.293		1.419.603	...
Pará	2.573.571	1.206.108	87.293	...
Amapá	105.320		1.367.463	...
			105.320	...
REGIÃO NORDESTE	42.264.091	7.496.686	16.545.436	18.221.969
Maranhão	5.127.772		1.879.976	3.247.796
Piauí	2.633.200		1.226.973	1.406.227
Ceará	6.427.695	2.173.004	1.591.174	2.663.517
Rio Grande do Norte	2.312.310		1.525.332	786.978
Paraíba	3.236.088		2.081.588	1.154.500
Pernambuco	7.181.242	2.971.310	2.089.681	2.120.251
Alagoas	2.418.107		1.391.155	1.026.952
Sergipe	1.401.811		746.844	654.967
Bahia	11.525.866	2.352.372	4.012.713	5.160.781
REGIÃO SUDESTE	64.472.369	31.808.612	23.365.773	9.297.984
Rio de Janeiro	13.929.217	11.202.703	1.668.738	1.057.776
Minas Gerais	15.606.971	3.631.431	7.861.250	4.114.290
Espirito Santo	2.504.154		1.624.562	879.592
São Paulo	32.432.027	16.974.478	12.211.223	3.246.326
REGIÃO SUL	22.554.056	5.384.607	9.794.562	7.374.887
Paraná	9.096.924	2.362.826	3.856.770	2.877.328
Santa Catarina	4.437.013		2.653.275	1.783.738
Rio Grande do Sul	9.020.119	3.021.781	3.284.517	2.713.821
			7.403.004	2.776.383
REGIÃO CENTRO-OESTE	10.179.387	-	1.363.129	389.790
Mato Grosso do Sul	1.752.919		998.976	719.432
Mato Grosso	1.718.408		3.380.183	1.520.033
Goiás	4.900.216		1.660.716	147.128
Distrito Federal ⁽²⁾	1.807.844			
		45.896.013	60.844.318	37.671.223
BRASIL⁽³⁾	144.411.554			

Fonte dos dados brutos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1990.

(1) Exclusivo as pessoas da área rural.

(2) Inclusive as pessoas da área rural.

(3) Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Elaboração: IPEA - Coordenadoria de Política Social.

Mapeamento da Produção Agrícola do Brasil⁽¹⁾

ZONA	ESTADOS DE OCORRÊNCIA	ÁREA (Km ²)	TERRITÓRIO NACIONAL (%)	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	PRODUTOS ⁽²⁾	PRODUÇÃO (em toneladas)	PRODUÇÃO NACIONAL (%)
1	PI SE AL SP SC RS	101.359	1,19	24	A M F S	1.070.092	2,23
10	MT MS GO	102.820	1,21	12	A M S	820.243	1,71
11	MG RO	115.695	1,36	4	A F	26.210	0,05
12	RO	64.310	0,76	1	A F	6.584	0,01
13	RJ	25.803	0,30	1	A F	7.513	0,02
15	MS	126.618	1,49	2	A M S	90.189	0,19
16	MT GO TO	86.403	1,02	5	A S	104.443	0,22
17	PI CE RN PB PE BA SE BA	366.661	4,21	100	A M F	393.842	0,82
18	MT	20.672	0,24	1	A M F	25.257	0,05
19	MT	37.625	0,44	8	A F S	233.851	0,49
20	MA TO	122.776	1,44	8	A M	71.782	0,15
21	PA	47.817	0,56	1	A M F	49.062	0,10
22	TO	63.511	0,75	2	A	21.290	0,04
23	SC	26.090	0,31	15	A M F	199.756	0,42
30	AC	103.664	1,22	1	A M F	23.718	0,05
31	MA PA	377.654	4,44	4	A M F	195.070	0,41
34	PA	164.915	1,94	1	A	17.020	0,04
35	PA	390.639	4,59	9	A M F	143.623	0,30
36	AC RO MA	451.340	5,30	5	A M F	141.925	0,30
38	MT	57.133	0,67	1	A	5.026	0,01
39	PA	341.205	4,01	2	M F	17.958	0,04
40	MA PI	137.986	1,62	43	A M F	554.552	1,16
43	PI CE RN PB PE AL SE	410.449	4,82	132	A M F	420.884	0,88
44	BA MG	60.667	0,71	8	A M F	42.819	0,09
46	RS	32.588	0,38	7	A M F S	591.598	1,23
47	RS	20.517	0,24	8	A M F S T	474.029	0,99
48	MG RJ	43.570	0,51	13	A M F	103.579	0,22
49	BA MG	57.678	0,68	3	F	11.714	0,02
50	MG ES	43.332	0,51	16	A M F	173.727	0,36
51	MG ES	23.009	0,27	10	A M F	104.413	0,22
52	RJ	8.082	0,11	2	A	12.325	0,03
53	MG ES RJ SP	35.877	0,42	12	A M F	121.491	0,25
54	RS	76.611	0,90	25	A M F S T	2.136.238	4,45
55	BA MG	84.120	0,99	9	A M F	394.388	0,82
58	PI MA TO GO	243.454	2,86	27	A M F	372.274	0,78
59	GO TO	126.613	1,49	28	A M F S	674.506	1,41
61	MT	140.715	1,65	10	A M F S	1.256.159	2,62
61	MG GO MS MT DF	411.684	4,84	114	A M F S T	6.755.203	14,08
62	PR	7.269	0,09	2	A F	15.087	0,03
63	MG	21.981	0,26	3	F	3.976	0,01
64	MT	240.762	2,83	8	A M F S	249.632	0,52
66	AC	20.506	0,24	1	A M F	19.277	0,04
67	PR SC RS SP	166.444	1,96	204	A M F S T	8.737.776	18,21
68	MG	77.592	0,91	34	A M F	373.443	0,78
69	RS SC	18.480	0,22	2	A M	21.337	0,04
70	PR SC RS SP	65.658	0,77	47	A M F S T	3.251.904	6,78
71	RS	10.154	0,12	10	A M S	443.808	0,93
72	SP	56.075	0,66	43	A M F S	479.820	1,00
73	ES RJ	49.765	0,58	6	A M F	35.664	0,07
74	MG	12.235	0,14	8	M F	128.024	0,27
75	PR	27.376	0,32	32	M F S T	3.217.401	6,71
76	SP ES	58.246	0,68	42	A M F S T	845.018	1,76
77	SP PR MS	45.453	0,53	12	A M F S T	1.139.047	2,37
78	BA PB AL	77.036	0,91	16	A M F	45.615	0,10
82	BA	53.581	0,63	3	F	3.916	0,01
83	RO MT	68.228	0,80	11	A M F	401.789	0,84
86	ES	48.803	0,57	3	F	10.228	0,02
87	RS SC SP	58.437	0,69	92	A M F S T	3.366.777	7,02
89	MA		0,00	8	A M F	115.101	0,24
90	SP	54.256	0,64	33	A M F	394.763	0,82
91	MG GO	78.749	0,93	37	A M F S	1.650.027	3,44
92	SP PR MG GO	78.255	0,92	124	A M F S T	5.161.546	10,76
TOTAL		6.547.003	76,85	1.455		47.975.329	100,00

Fonte: Mapeamento da Produção de Grãos no Brasil, EMBRAPA/SAE, 1992.

(1) Com o objetivo de mapear a produção agrícola, a EMBRAPA elaborou um delimitamento macrogeográfico do Brasil. Observando critérios técnicos, foram identificadas 92 zonas das quais 61 representam a produção de cinco grãos: arroz, feijão, milho, soja e trigo. Essas 61 regiões responderam por 81% da produção média durante o período de 1986 a 89, ou seja, o equivalente a 48 milhões de toneladas. Os 1.455 municípios que compõem essa zona representavam: 76% da produção de arroz, 69% de feijão, 77% de milho, 89% de soja e 90% de trigo.

(2) Produtos: A = Arroz M = Milho F = Feijão S = Soja T = Trigo

PUBLICAÇÕES DO IPEA (TEXTOS)
1992 / 1993

TEXTO PARA DISCUSSÃO - TD

- N.º 241 "Qualidade, Eficiência e Equidade no Ensino de 1.º grau: Elementos para Reflexão e Debate", Antonio Augusto de Almeida Neto e José Parente Filho, janeiro 1992, 27p.
- N.º 244 "Dumping e o MERCOSUL", Luis Augusto Pereira Souto - Maior", fevereiro 1992, 14 p.
- N.º 245 "Uma Avaliação dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária no Período 1980/1989", Ruy Silve Pessoa, março 1992, 15 p.
- N.º 246 "Exportação: Índices Setoriais para o Período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, março 1992, 25 p.
- N.º 247 "Liberalização Comercial, Distribuição e Emprego", Edward J. Amadeo e José Márcio Camargo, março 1992, 18 p.
- N.º 248 "Loss in Forest Resource Values Due to Agricultural Land Conversion in Brazil", Ronaldo Serôa da Motta e Peter Herman May, março 1992, 23 p.
- N.º 249 "Análise da Estrutura Funcional do Gasto Público no Brasil 1985-1990, José Rildo de Medeiros Guedes, Eduardo Felipe Ohana e Carlos Mussi, abril 1992, 47 p. + anexos.
- N.º 250 "Previsões de Séries Econômicas com Modelos Bayesianos Univariados, Ana Beatriz S. Monteiro, Hélio S. Migon e Ajax R. B. Moreira, abril 1992, 29 p.
- N.º 251 "Proposta de um Referencial Básico para a Discussão da Seguridade Social", Franciaco Eduard B. de Oliveira, abril 1992, 28 p.
- N.º 252 "Considerações sobre o Sucateamento da Rede Pública e Privada de Saúde, André Cezar Médici e Francisco E. B. de Oliveira, abril 1992, 17 p.
- N.º 253 "Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil", Anna Maria Medeiros Peliano, abril 1992, 22 p.
- N.º 254 "A Equação da Restrição Orçamentária do Governo: uma resenha de usos e interpretações", José W. Rossi, abril 1992, 48 p.
- N.º 255 "Setor Público Federal no Brasil: despesas com pessoal e alguns comentários sobre a isonomia salarial", Eduardo Felipe Ohana, Carlos H. F. Mussi e Ana Lúcia Dezoit, maio 1992, 16 p..
- N.º 256 "Technological Progress and Diffusion: decomposing total factor productivity growth in brazilian manufacturing", Armando Castelar Pinheiro, May 1992, 40 p.
- N.º 257 "Indicadores de Competitividade das Exportações: resultados setoriais para o período 1980/88", Armando Castelar Pinheiro, Ajax Reynaldo Ballo Moreira e Maria Helena Horta, maio 1992, 60 p.
- N.º 258 "Perdas e Serviços Ambientais do Recurso Água para Uso Doméstico", Ronaldo Serôa da Motta, Ana Paula Fernandes Mendes, Francisco Eduardo Mendes, Carlos Eduardo Firckkmann Young, maio 1992, 38 p.
- N.º 259 "Inflação e Hiato de Produto: Experiências e Sugestões", Carlos H. F. Mussi e Eduardo Felipe Ohana, maio 1992, 18 p.
- N.º 260 "Capital Estrangeiro no Brasil: Expectativas quanto à Reversão de Comportamento", Danniell Lafeté, maio 1992, 11 p.
- N.º 261 "As Empresas Estatais e o Programa de Privatização do Governo Collor", Armando Castelar Pinheiro e Fábio Giambiagi, maio 1992, 62 p.
- N.º 262 "Experiências Espanholas e Francesas em Programas de Qualidade", Antonio Carlos da R. Xavier e Luis Fernando Tironi, junho 1992, 18 p.
- N.º 263 "Indicadores da Qualidade e Produtividade - um relato de experiências no setor público", Luis Fernando Tironi, Ademar Kyotochi Sato, Bolivar Pêgo Filho, Jorge Conrado Kosak, Roberto Sant'Anna Mattos, Ruy Silva Pessoa e Sérgio Francisco Piola, junho 1992, 24 p.
- N.º 264 "As Políticas de Concorrência (ou Antitruste): um panorama da experiência mundial e sua atualidade para o Brasil", Lúcia Helena Salgado, junho 1992, 44 p.
- N.º 265 "An Econometric Model of Amazon Deforestation", Eustáquio José Reis e Rolando M. Gusmán, junho 1992, 27 p.
- N.º 266 "A Colonização Sustentável na Amazônia", Anna Luiza Ozório de Almeida, Angela Moulin S. Penalva Santos, Adriana Freitas Alves e Maria da Piedade Moraes, julho 1992, 109 p.
- N.º 267 "Efeitos Dinâmicos dos Choques de Oferta e Demanda Agregada sobre o Nível de Atividade Econômica do Brasil", Elcyon Caiado Rocha Lima, Hélio S. Migon e Hedibert Freitas Lopes, julho 1992, 32 p.
- N.º 268 "Projetos de Irrigação no Vale do Baixo São Francisco", José Anelmo de Góis, Maria de Fátima Araújo Paiva e Sônia Maria Goes Tavares, julho 1992, 40 p.
-

- N.º 269 "A Evolução do MERCOSUL no período de Transição: hipóteses alternativas e cenários", Pedro Motta Veiga, março 1992, 45 p.
- N.º 270 "Uma Análise dos Investimentos na Infra-Estrutura Rodoviária Federal nos Anos Oitenta", Ruy Silva Pessoa, junho 1992, 17 p.
- N.º 271 "Flexibilidade e Mercado de Trabalho: Modelos Teóricos e a Experiência dos Países Centrais Durante os Anos 80", Carlos Alberto Ramos, agosto 1992, 51 p.
- N.º 272 "Produtividade e heterogeneidade de Tamanho na Indústria de Transformação Brasileira: (1980-1985)", Mercedes Magdalena Lizardo Espinal, agosto 1992, 76 p.
- N.º 273 "Transporte Urbano de Passageiros: a tarifa como fonte de recursos", Iêda Maria de O. Lima, setembro 1992, 17 p.
- N.º 274 "O Que Demonstram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida", Luis Carlos Eichenberg Silva (Coord.), agosto 1992, 49 p.
- N.º 275 "Reshaping U.S. Foreign Policy in the 90's: a view from the periphery", Luis Fernando de Lara Resende, setembro 1992, 22 p.
- N.º 276 "As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e a Organização do Trabalho: dos Métodos aos Resultados", Serge Volkoff, setembro 1992, 26 p.
- N.º 277 "Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho", Helena Sumiko Hirata e Mário Sérgio Salermo, setembro 1992, 20 p.
- N.º 278 "Poor and Non-Poor in the Brazilian Labor Market", Sonia Rocha, outubro 1992, 14 p.
- N.º 279 "A Note on Temporal Evolution of the Relationship Between Wages and Education Among Brazilian Prime-Age Males: 1976-1989", Lauro Ramos e Ricardo Paes de Barros, outubro 1992, 28 p.
- N.º 280 "Mobilidade de Renda no Brasil: 1981/1989", Ricardo Paes de Barros, Lauro Ramos e José Guilherme de Almeida Reis, outubro 1992, 22 p.
- N.º 281 "The "Abertura" in Brazil: the Day-After of the Brazilian Intelligence "Monster" ", L. A. Bittencourt Emílio, novembro 1992, 16 p.
- N.º 282 "As Políticas Federais de Desenvolvimento Urbano no Biênio 1989/1990", Edgar Bastos de Souza (org.), novembro 1992, 25 p. + anexos
- N.º 283 "O Mercosul e as Zonas Francas, Zonas de Processamento de Exportações, Áreas de Livre Comércio e Áreas Aduaneiras Especiais", Edgard Antônio Pereira e Ricardo Romano, dezembro 1992, 21 p. + anexos
- N.º 284 "A Desregulamentação do Setor Transportes: o caso do subsector portuário", Newton Rabello de Castro Junior e Philipe Lamy, novembro 1992, 45 p.
- N.º 285 "Técnicas Empíricas de Decomposição: uma abordagem baseada em simulações contrafactuais", Ricardo Paes e Barros, Renata Jeronymo, Rosane Mendonça, Valéria Pero, Eleonora Santos e Cláudia Trindade, dezembro 1992, 23 p.
- N.º 286 "A Evolução do Bem-Estar e da Desigualdade no Brasil desde 1980", Ricardo Paes e Barros e Rosane Mendonça, dezembro 1992, 24 p.
- N.º 287 "Desempenho Exportador, Regulamentação Internacional e Privatização: o caso da siderurgia brasileira", Mário M. C. Mesquita e Leane C. Naidim, dezembro 1992, 51 p.
- N.º 288 "Distribuição de Renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70", Régis Bonelli e Lauro Ramos, janeiro 1993, 32 p.
- N.º 289 "Current Status of water Pollution Control in Brazil", Ronaldo Serôa, Guilhermino O. Filho, Francisco Eduardo Mendes, Cynthia A. Nascimento, fevereiro 1993.
- N.º 290 "Sistemas e Instrumentos de Estímulos às Exportações nos Países do Mercosul", Eduardo Augusto Guimarães, coord., janeiro 1993, 28 p. + anexo.
- N.º 291 "Informal Labor Contracts: A Solution or a Problem?", Ricardo Barros, Ricardo Mello, Valéria Pero, janeiro 1993.
- N.º 292 "Salvaguardas: Achegas a uma Nova Legislação Comum aos Países do Mercosul", Luiz A. P. Souto Maior, 24 p.
- N.º 293 "Fontes de Financiamento para a Infra-Estrutura Rodoviária Federal: necessidade de recomposição", Ruy Silva Pessoa, fevereiro 1993, 12 p. + anexo

RELATÓRIO INTERNO - RI

Nota: Esta série, Relatório Interno, mudou a numeração a partir da reestruturação editorial começando do número 01, em cada Coordenação, a saber

Diretoria Executiva:

- N.º 01/92 "Indústria Automobilística Brasileira: situação atual, perspectivas e sugestões para sua reestruturação", Ruy Quadros de Carvalho, junho 1992, 8 p.
- N.º 02/92 "A Inflação Esperada em 1992: simulações", Luiz Zottmann, julho 1992, 5 p.

N.º 03/92 "Imposto sobre Transações Financeiras: reflexões e simulações", Luiz Zottmann, agosto 1992, 6p.

Diretoria de Pesquisa

N.º 01/92 "Adem Smith, Gerson e a Cooperação", Fábio Stefano Erber, junho 1992, 13 p.

N.º 02/92 "O Sistema de Saúde Chileno: Mitos e Realidades", André Cezar Medici, Francisco E. B. de Oliveira e Kaizô Iwakami Beltrão, agosto 1992, 105 p.

N.º 03/92 "Proposta de um Modelo de Seguridade Social", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão e André Cezar Medici, agosto 1992, 38 p.

N.º 04/92 "A Dimensão do Setor Saúde no Brasil", André Cezar Medici e Francisco E. B. de Oliveira, agosto 1992, 72 p.

N.º 05/92 "Mudanças Estruturais e Políticas Industriais", Fábio Erber, agosto 1992, 16 p.

Diretoria de Políticas Públicas

N.º 01/92 "Implantação de um Sistema de Gerência da Qualidade Total", Antônio Carlos Da Ressurreição Xavier e Rose Mary Longo, setembro 1992, 2p.

Coordenação de Política Macroeconômica - CPM

N.º 01/92 "Saldo da Balança Comercial: atualização das projeções e simulações para o ano de 1992". Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, março 1992, 1 p.

N.º 02/92 "A Política de Juros e o Afluxo de Capitais Externos: Existe um Problema?", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3p.

N.º 03/92 "A Capacidade de Pagamento do Setor Público: um Conceito Operacional", Eduardo Felipe Ohana, abril 1992, 3 p.

N.º 04/92 "A Balança Comercial em 1992: atualização das Previsões e Simulações", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, maio 1992, 1 p.

N.º 05/92 "Atualização das Previsões e Simulações para as Exportações Totais Brasileiras", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, junho 1992, 1 p.

N.º 06/92 "A Balança Comercial Brasileira: Atualização das Projeções para o Ano de 1992", Mary de Melo Souza, julho 1992, 1 p.

N.º 07/92 "O Saldo Comercial do Brasil em 1992: Projeções Atualizadas", Mary de Melo Souza, agosto 1992, 2 p.

N.º 08/92 "Revisão das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, setembro 1992, 3 p.

N.º 09/92 "Reforma do Sistema Financeiro Nacional", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Shoji Ogasavara, dezembro 1992, 6 p.

N.º 10/92 "Atualização das Projeções da Balança Comercial", Mary de Melo Souza, dezembro 1992, 3 p.

N.º 01/93 "O Comportamento Previsto para a Produção Industrial em 1993, de Acordo com Modelos Função Transferência", Mary de Melo Souza, março 1993, 3 p.

Coordenação de Difusão Técnica e Informações - CDTI

N.º 01/92 "O Saldo da Balança Comercial: simulação preliminar para o ano de 1992 - um sinalizador para a política econômica", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, janeiro 1992, 1p.

N.º 02/92 "O Saldo da Balança Comercial: análise retrospectiva e simulação preliminar para o ano de 1992", Mary de Melo Souza e Moysés Tenenblat, fevereiro 1992, 2p.

Coordenação de Política Social - CPS

N.º 01/92 "FGTS, Questões Atuais", Roberto A. Zomboni, setembro 1992, 5 p.

N.º 02/92 "Descentralização Tutelada", Solon Magalhães Vianna, setembro 1992, 5 p.

N.º 03/92 "Programas de Alimentação e Nutrição para as Crianças e Adolescentes. Qual o Destino?", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, outubro 1992, 3 p. + anexo.

N.º 04/92 "Índice de Qualificação do Corpo Docente das Universidades Brasileiras", Raulino Tramontin, outubro 1992, 25 p.

N.º 05/92 "O Novo Padrão de Gerenciamento do Setor Público: As Organizações Para Governamentais e a Alimentação dos mais Pobres no DF", Anna Maria Peliano, novembro 1992, 03 p.

N.º 06/92 "A Descentralização da Merenda Escolar", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, dezembro 1992, 4 p.

N.º 07/92 "O Papel do Estado na Área de Alimentação e Nutrição", Anna Maria Peliano e Nathalie Beghin, dezembro 1992, 10 p.

N.º 08/92 "Brasil: Indicadores Sociais", Solon Magalhães Vianna, coord., novembro 1992, 14 p. + anexos

-
- N.º 09/92 "Gestão do Financiamento do Setor Público", Dilma Seli Pena Pereira, dezembro 1992, 5 p.
N.º 10/92 "Alocação de Recursos, Eficiência, Equidade e Qualidade no Ensino Fundamental: uma estratégia de ação para o governo federal", Antonio Carlos da Ressurreição Xavier e José Amaral Sobrinho, dezembro 1992, 4 p.

Coordenação de Política Setorial - CPSe

- N.º 01/93 "Propostas para o Novo Plano Nacional de Viação - PNV", Ruy Silva Pessoa, janeiro 1993, 5 p.

Coordenação de Desenvolvimento Institucional - CDI

- N.º 01/93 "Programa da Qualidade e Produtividade: realidade ou utopia", Rose Mary Juliano Longo, fevereiro 1993, 3 p.

CADERNO DE ECONOMIA - CE

- N.º 11/92 "Tendências da Reestruturação da Indústria nos Países Desenvolvidos no Anos 80", Mariano Francisco Laplane, outubro 1992, 158 p.
N.º 12/92 "Um 'Mal Necessário'? Comercialização Agrícola e Desenvolvimento Capitalista no Brasil", Sérgio Jamil Maluf, novembro 1992, 238 p.

DOCUMENTO DE POLÍTICA - DP

- N.º 07/92 "Análise Económico - Financeira dos Bancos Estaduais", José Romeu de Vasconcelos e Roberto Stroj Ogasavara, 1992, 19p. + anexos.
N.º 08/92 "As Contribuições Sociais de Empregadores e Trabalhadores: repercussões sobre o mercado de trabalho e grau de evasão", Sandra Cristina F. de Almeida, 1992, 27 p. + anexos.
N.º 09/92 "A Política de Medicamentos no Brasil," André César Médici, Keizô Iwakami Beltrão e Francisco de Oliveira, março 1992, 88p.
N.º 10/92 "A Política Salarial no Governo Collor: padrões de Negociação entre o executivo e legislativo". Maria Helena de Castro Santos, Maria das Graças Rua e Carlos R. Pio da Costa Filho, junho 1992, 27p.
N.º 11/92 "Seguridade Social: proposta de reforma constitucional", André César Médici, Francisco de Oliveira e Keizô Beltrão, junho 1992, 11 p.
N.º 12/92 "Propostas de Política Social", Anna Maria Peliano (Coord.), outubro 1992, 57 p.

